

Índice

2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	1
2.2 Resultados operacional e financeiro	14
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	16
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	17
2.5 Medições não contábeis	18
2.6 Eventos subsequentes as DFs	21
2.7 Destinação de resultados	22
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	24
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	25
2.10 Planos de negócios	26
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	28
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	29
5.2 Descrição dos controles internos	38
5.3 Programa de integridade	43
5.4 Alterações significativas	47
5.5 Outras informações relevantes	48

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

As avaliações, opiniões e comentários constantes desta seção 2 do Formulário de Referência traduzem a visão e percepção dos diretores da Companhia sobre as atividades, negócios e desempenho da Companhia, e visam fornecer aos investidores informações que os ajudarão a comparar (i) as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2022; (ii) as mudanças nas principais linhas dessas Demonstrações Financeiras de período para período ou data para data, conforme o caso; e (iii) os principais fatores que explicam essas alterações.

As informações constantes desta seção 2 do Formulário de Referência relacionadas aos planos, previsões, expectativas sobre eventos futuros e estratégias da Companhia constituem estimativas e declarações futuras, que estão fundamentadas, em grande parte, nas perspectivas atuais, projeções sobre eventos futuros e tendências que afetam ou podem afetar as atividades da Companhia, sua situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez, reputação, participação de mercado, margens, perspectivas, negócios, setor de atuação e/ou preço de mercado de seus valores mobiliários.

Embora a Companhia acredite que estejam baseadas em premissas razoáveis, essas estimativas e declarações futuras estão sujeitas a diversos riscos e incertezas e são feitas com base nas informações que a Companhia dispõe na data deste Formulário de Referência. Em vista desses riscos e incertezas, as estimativas e declarações futuras constantes deste Formulário de Referência não são garantias de resultados futuros e, portanto, podem vir a não se concretizar, estando muitas das quais além do controle ou capacidade de previsão da Companhia. Por conta desses riscos e incertezas, o investidor não deve se basear exclusivamente nessas estimativas e declarações futuras para tomar sua decisão de investimento.

Alguns valores e percentuais constantes desta seção 2 do Formulário de Referência foram arredondados para facilitar a sua apresentação e, dessa forma, os valores totais apresentados em algumas tabelas constantes desta seção 2 do Formulário de Referência podem não representar a soma exata dos valores que os precedem.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de

(R\$ milhares)	2022	2021
Receita Líquida das Vendas	1.631.761	1.356.199
Caixa Gerado pelas Atividades Operacionais	157.450	46.577
Lucro Líquido	-71.099	12.023
EBITDA (1)	144.880	104.734
Caixa e equivalentes de caixa	70.523	38.582
Dívida Bruta	464.250	396.038
Dívida Líquida (2)	393.727	357.456
Dívida Líquida/EBITDA	2,72	3,41
Patrimônio Líquido / Dívida Líquida	0,1739	0,3824

(1) EBITDA (Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization): lucro líquido antes das despesas financeiras líquidas, do imposto de renda e contribuição social corrente e diferido da depreciação e da amortização e depreciação do ativo de direito de uso.

(2) Dívida líquida é composta pela Dívida Bruta (que contempla empréstimos, financiamentos e emissão de títulos) menos caixa e equivalentes de caixa.

Receita Líquida das Vendas:

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, a Companhia teve um aumento na receita líquida de vendas de 20,3% em relação ao ano anterior. Tal crescimento se explica pela conquista de 990 novos contratos e acordos comerciais no ano, totalizando novas receitas de R\$350 milhões. O pipeline comercial segue robusto com um potencial de aproximadamente R\$ 1,4 bilhões receitas/ano. O backlog de negócios em implantação ou em ramp up totalizava em 31 de dezembro aproximadamente R\$ 500 milhões.

Caixa gerado pelas atividades operacionais:

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 a Companhia apresentou um aumento no caixa gerado pelas atividades operacionais em 238,0%, em comparação com o ano anterior. Esse aumento foi decorrência do melhor resultado operacional da história da companhia, obtido principalmente no segundo trimestre de 2022. Esse resultado histórico foi obtido através de renegociações dos nossos preços junto aos clientes, com o intuito de repor os aumentos dos insumos ocorridos do final de 2T21 que perduraram até o final do 1S22.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Lucro Líquido:

Mesmo com um bom desempenho operacional ocorrido no 2S22 a Companhia finalizou o ano com um prejuízo de R\$ 71,1 milhões. Esse resultado decorre principalmente devido ao aumento dos juros ocorrido no 1S22 que impôs um custo financeiro da ordem de R\$ 109,5 milhões no ano de 2022, o que explica, em grande parte, esse resultado.

EBITDA: (*Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*, ou Lucros antes de Juros, Impostos, Depreciação e Amortização)

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apesar das dificuldades enfrentadas no 1S22, obteve o melhor resultado operacional da sua história. O EBITDA totalizou R\$ 144,9 milhões em 2022. Essa performance pode ser vista como o resultado da manutenção da carteira de clientes, o processo bem-sucedido de repasse dos custos, o foco na racionalização dos custos e despesas e o aumento da alavancagem operacional da Companhia.

Dívida Bruta:

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, a Companhia teve um aumento na sua dívida bruta de 17,2% em comparação com o ano anterior. Este aumento de R\$ 68,2 milhões é decorrente, essencialmente, da captação de empréstimos e financiamentos para capital de giro. O aumento da dívida pode ser explicado, na sua grande maioria, pelo aumento da taxa SELIC que ocorreu a partir do final do 2T21 no qual impactou em aumento dos encargos financeiros sobre os empréstimos tomados pela Companhia.

Dívida Líquida/EBITDA:

A Dívida Líquida é equivalente à soma da Dívida Bruta (a soma de empréstimos e financiamentos e debêntures circulante e não circulante) deduzindo o valor de Caixa e equivalentes de caixa dividido pelo EBITDA LTM. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentou uma redução na relação entre Dívida líquida/EBITDA de 20,3% em comparação com o ano anterior. Esta redução deve-se principalmente ao aumento do EBITDA gerando em 2022.

Investimentos em Ativos Imobilizados:

A Companhia continua a investir na aquisição de veículos para renovação de frota de forma a suportar as operações do segmento de operações dedicadas.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram investidos R\$ 35,4 milhões em veículos e demais imobilizados, que representa 18,93% a menos que os valores de investimentos realizados no mesmo período no ano anterior.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Tabela Conciliação Ativo Imobilizado

	2022	2021
Saldo inicial	230.380	242.312
(-) Baixa de Ativos	(53.912)	(33,995)
(+) Baixa depreciação	30.544	24.699
(-) Depreciação	(32.580)	(46.303)
(+) Aquisições	35.399	43.667
Veículos e Tratores	27.580	35.434
Outros/Em andamento	4.600	8.233
Saldo Final	209.831	230.380

b) Estrutura de capital

O exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, o patrimônio líquido da Companhia era de R\$ 68,5 milhões, sendo o capital social de R\$ 95,3 milhões, totalmente subscrito e integralizado, dividido em 40.760.818 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal e com prejuízo acumulado de (R\$ 26,9) milhões.

Os diretores da Companhia acreditam que sua estrutura de capital atual é adequada para a continuidade das operações, considerando os atuais níveis de geração operacional de caixa, sobretudo observando empresas comparáveis do setor. Adicionalmente, os diretores acreditam que a Companhia possui uma posição de caixa suficiente para continuar desenvolvendo suas operações nos próximos anos.

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Apesar de uma queda nos indicadores de endividamento, a empresa continua na busca pela melhora de sua capacidade de pagamento frente aos compromissos financeiros e operacionais. Considerando as disponibilidades, o nível de geração de caixa operacional, o cronograma de amortização do seu endividamento e a capacidade da Companhia de acessar recursos provenientes de empréstimos e financiamentos no mercado financeiro e no mercado de capitais, os diretores da Companhia entendem que a Companhia tem condições de honrar os compromissos financeiros assumidos, embora a Companhia não possa garantir que tal situação permanecerá inalterada, especialmente considerando a incerteza oriunda dos impactos dos juros elevados e a crise na oferta de crédito. Caso a Companhia entenda necessário contrair empréstimos adicionais para financiar suas atividades e investimentos, acredita ter capacidade para contratá-los.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Índice de endividamento (Dívida líquida / EBITDA)

O índice de endividamento de dívida líquida pelo EBITDA (Valores de Empréstimos e financiamentos mais os valores de debêntures registrados no curto e no longo prazo deduzindo o valor de Caixa e equivalentes de caixa dividido pelo EBITDA), em 31 de dezembro de 2021, estava em 3,41x em função da contratação de empréstimos e emissão de debêntures para fazer frente ao projeto de crescimento do Grupo BBM, o que inclui potenciais aquisições de empresas e investimentos em projetos do DCC. Em 31 de dezembro de 2022 o índice de endividamento líquida estava em 2,72x. Essa redução da alavancagem é fruto de um melhor desempenho operacional, de uma boa gestão de caixa e dos esforços para redução da necessidade de capital de giro.

(R\$ milhares)	2022	2021
Dívida Bruta	464.250	396.038
Caixa e equivalentes de caixa	70.523	38.582
Dívida Líquida (1)	393.727	357.456
EBITDA	144.880	104.734
<i>Dívida Líquida/EBITDA</i>	<i>2,72</i>	<i>3,41</i>

(1) A Dívida Líquida é a somatória dos empréstimos e financiamentos mais debêntures menos caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários (circulante e não circulante). A Dívida Líquida não é uma medida de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB) e não possui significado padrão. Outras empresas podem calcular a Dívida Líquida de maneira diferente ao calculado pela Companhia.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Indicadores de Liquidez

Os indicadores de liquidez também demonstram a capacidade de pagamento da Companhia.

<u>Indicador</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Liquidez Imediata (1)	0,13	0,09
Liquidez Corrente (2)	0,82	0,90
Liquidez Seca (3)	0,79	0,87
Estrutura de Capital (4)	14,50	6,04

(1) Liquidez Imediata refere-se ao disponível dividido pelo passivo circulante.

(2) Liquidez Corrente refere-se ao ativo circulante dividido pelo passivo circulante.

(3) Liquidez Seca refere-se ativo circulante menos estoques, dividido pelo passivo circulante.

(4) Estrutura de Capital refere-se ao exigível total dividido pelo patrimônio líquido.

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

As fontes de financiamento são acessadas, quando necessário, por meio de contratos financeiros, e empregadas em nossas necessidades de capital de giro e aquisições e investimentos de curto e longo prazo, assim como na manutenção de níveis de disponibilidades de caixa adequados ao desempenho das atividades.

Os diretores esclarecem que o financiamento para a aquisição de ativos para a prestação dos serviços é realizado através de linhas específicas de acordo com as características de cada bem adquirido:

- Para as aquisições e investimentos utilizamos a captação junto a bancos comerciais com os prazos e maturação de acordo com cada projeto ou através do mercado de capitais.
- Eventualmente para a aquisição de veículos pesados, máquinas e equipamentos novos nacionais, é utilizada a linha de FINAME e operações de arrendamento mercantil, dependendo do custo financeiro em relação as demais alternativas de captação.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Nos casos de financiamentos para cobrir eventuais necessidades de capital de giro, o *recurso* continuará a ser contratado junto a instituições financeiras e /ou através de instrumentos junto ao mercado de capitais, quando necessário.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Em relação as captações para suprir a necessidade de aquisição de novos ativos não circulantes necessários a prestação de serviços, continuaremos a utilizar linhas específicas de acordo com as características do bem tais como o FINAME para os casos de veículos pesados e máquinas e equipamentos novos nacionais, ou linhas de crédito com características similares.

f) Níveis de endividamento e características das dívidas:

(i) Contrato de empréstimos e financiamentos relevantes

Modalidade (em moeda nacional)	2022	2021	2020	2019
Encargos anuais médios				
Capital De Giro	15,38%	12,13%	5,31%	7,68%
Debentures	16,42%	10,90%	5,15%	7,75%
Finame	0,00%	0,00%	8,42%	10,02%
Outros	9,98%	0,00%	16,81%	16,81%
Passivo Circulante				
Capital De Giro	132.753	82.330	83.621	42.198
Debentures	15.559	66.780	14.806	13.564
Finame	-	-	8.150	9.308
Outros	410	-	235	367
Total	148.722	149.110	106.812	65.437
Passivo Não Circulante				
Capital De Giro	148.720	104.333	148.910	101.591
Debentures	174.461	142.595	21.088	35.872
Finame	-	-	8.010	15.648
Outros	-	-	79	316
Total	323.182	246.928	178.087	153.427
Total geral endividamento				
Capital De Giro	281.473	186.663	232.531	143.789
Debentures	190.020	209.375	35.894	49.436
Finame	-	-	16.160	24.956
Outros	410	-	314	683
Total	471.903	396.038	284.899	218.864

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

(ii) Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Adicionalmente ao endividamento com instituições financeiras mencionado no item anterior a Companhia possui operações de consórcio visando a aquisições de novos veículos para a frota. Como observado pela evolução da conta desde 2019, não tivemos mais novas operações.

Consórcios (em milhares de R\$)	2022	2021	2020	2019
Ativo Circulante	1.009	1.131	2.589	4.288
Passivo Circulante	217	1.445	4.191	5.993
Passivo Não Circulante	510	136	857	1.281

(iii) Grau de subordinação entre as dívidas

Em eventual concurso universal de credores, a subordinação entre as obrigações registradas no passivo exigível acontecerá de acordo com a Lei nº 11.101/2005: (i) créditos trabalhistas; (ii) créditos com garantia real até o limite do valor do bem gravado; (iii) créditos tributários; (iv) créditos com privilégio especial conforme previsto na Lei nº 11.101/2005; (v) créditos quirografários; (vi) multas e penas pecuniárias; e, (vii) créditos subordinados. Nenhuma das dívidas da Companhia e de suas controladas existentes em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021 possui cláusula específica contratual de subordinação, de forma que não há relação de preferência entre as mesmas. Assim, o grau de subordinação entre as dívidas da Companhia e de suas controladas segue o quanto determinado na legislação em vigor e nas garantias constituídas.

(iv) Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Debêntures: A Companhia possui debêntures emitidas em 2022, por meio de escritura de emissão, a qual apresenta cláusulas de covenants financeiros ("covenants") que preveem a liquidação antecipada nas seguintes condições: (a) A dívida financeira líquida (empréstimos, financiamentos e debêntures deduzidos do caixa e equivalentes de caixa) dividida pelo EBITDA (considerando pro forma 12 meses de aquisições) ser maior do que 3,5 vezes; A Companhia está cumprindo com todas as suas obrigações contidas nestes contratos.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Todos os financiamentos foram contratados com 100% do desembolso inicial.

h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

ATIVO

(valores expressos em milhares de reais, exceto percentuais)

	31/12/2022	AV (%)	31/12/2021	AV (%)	AH (%)
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	63.203	5,96%	38.582	4,01%	63,81%
Outros ativos financeiros	12.176	1,15%	-	-	-
Contas a receber de clientes	258.820	24,39%	285.294	29,65%	-9,28%
Estoques	13.327	1,26%	13.050	1,36%	2,12%
IR e CS sobre lucro a recuperar	10.480	0,99%	15.907	1,65%	-34,12%
Impostos a recuperar	9.754	0,92%	15.605	1,62%	-37,49%
Consórcios	1.152	0,11%	1.131	0,12%	1,86%
Mútuo com partes relacionadas	-	-	-	-	-
Outros créditos	25.397	2,39%	18.738	1,95%	35,54%
Ativos mantidos para venda	5.270	0,50%	-	-	-
Total dos ativos circulantes	399.579	37,65%	388.307	40,36%	2,90%
Não circulante					
Depósitos em garantia	3.954	0,37%	4.352	0,45%	-9,15%
Impostos diferidos	59.402	5,60%	44.359	4,61%	33,91%
IR e CS sobre lucro a recuperar	2.005	0,19%	13.907	1,45%	-85,58%
Impostos a recuperar	1.008	0,09%	4.218	0,44%	-76,10%
Outros créditos	796	0,08%	-	-	-
Direito de uso de ativos	200.263	18,87%	92.658	9,63%	116,13%
Investimentos	-	-	-	-	-
Imobilizado	209.831	19,77%	230.380	23,94%	-8,92%
Intangível	184.460	17,38%	184.012	19,12%	0,24%
Total dos ativos não circulantes	661.719	62,35%	573.886	59,64%	15,30%
Total dos ativos	1.061.298	100,00%	962.193	100,00%	10,30%

O crescimento de 2,9% no ativo circulante, que passou de R\$388,3 milhões em 31 de dezembro de 2021 para R\$399,6 milhões em 31 de dezembro de 2022, está relacionado (i) ao aumento registrado no caixa e outros créditos, totalizando R\$36,7 milhões, referente a melhoria na geração de caixa operacional da Companhia, (ii) a redução no contas a receber de clientes em R\$26,4 milhões, e (iii) ao aproveitamento de créditos tributários no montante de R\$11,7 milhões, relativos às variações nas contas de IR e CS sobre o lucro a recuperar e impostos a recuperar.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

A variação positiva de 15,30% (+R\$87,8 milhões) registrada no ativo não circulante em 31 de dezembro de 2022 frente a 31 de dezembro de 2021 foi influenciada, basicamente, pela variação do direito de uso de ativos no montante de R\$107,6 milhões. Essa variação refere-se a repactuações nos contratos de arrendamentos mercantis, e a redução da conta do imobilizado em R\$20,5 milhões por conta da substituição da frota própria por veículos locados.

PASSIVO

(valores expressos em milhares de reais, exceto percentuais)

Circulante

	31/12/2022	AV (%)	31/12/2021	AV (%)	AH (%)
Fornecedores	115.947	10,93%	93.228	9,69%	24,37%
Empréstimos e financiamentos	131.852	12,42%	82.330	8,56%	60,15%
Debêntures	14.343	1,35%	66.780	6,94%	-78,52%
Arrendamentos	77.300	7,28%	18.124	1,88%	326,51%
Dividendos a pagar	-	-	2.856	0,30%	-100,00%
Obrigações sociais	72.379	6,82%	69.612	7,23%	3,97%
IR e CS sobre lucro a pagar	3.639	0,34%	2.087	0,22%	74,37%
Obrigações fiscais	25.457	2,40%	23.492	2,44%	8,36%
Parcelamento tributos	1.941	0,18%	2.741	0,28%	-29,19%
Consórcios	721	0,07%	1.445	0,15%	-50,10%
Contas a pagar por aquisição de controladas	24.256	2,29%	38.868	4,04%	-37,59%
Mútuo compartes relacionadas	-	-	-	-	-
Outras contas a apagar	20.630	1,94%	27.685	2,88%	-25,48%

Total dos passivos circulantes

488.465 46,03% 429.248 44,61% 13,80%

Não circulante

Empréstimos e financiamentos	147.139	13,86%	104.333	10,84%	41,03%
Debêntures	170.916	16,10%	142.595	14,82%	19,86%
Arrendamentos	129.903	12,24%	76.551	7,96%	69,69%
Parcelamento de tributos	5.009	0,47%	7.292	0,76%	-31,31%
Consórcios	8	0,00%	136	0,01%	-94,12%
Provisões para processos judiciais	29.483	2,78%	25.898	2,69%	13,84%
Contas a pagar por aquisição de controladas	21.914	2,06%	36.055	3,75%	-39,22%
Outras contas a apagar	-	-	3.381	0,35%	-100,00%

Total dos passivos não circulantes

504.372 47,52% 396.241 41,18% 27,29%

Total dos passivos

992.837 93,55% 825.489 85,79% 20,27%

Total do patrimônio líquido

68.461 6,45% 136.704 14,21% -49,92%

Total do patrimônio líquido e dos passivos

1.061.298 100,00% 962.193 100,00% 10,30%

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

O passivo circulante cresceu 13,8% no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 quando comparado ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, sendo impactado, essencialmente, pelo aumento de R\$59,2 milhões na conta de arrendamento mercantil, oriundo da locação de novos veículos e repactuação de contratos atuais. Houve ainda um aumento de R\$49,5 milhões na conta de empréstimos e financiamentos, a fim de suportar o crescimento orgânico da Companhia em 2022, e crescimento de R\$22,7 milhões na conta fornecedores devido a renegociações para ampliação dos prazos de pagamentos. Quanto às debentures, a redução foi de R\$ 52,4 milhões em razão da emissão ocorrida em 2022, inferior a negociação anterior.

O crescimento de 27,3% no passivo não circulante registrado em 31 de dezembro de 2022, quando comparado a 31 de dezembro de 2021, deve-se ao aumento na conta empréstimos e financiamentos, no montante de R\$42,8 milhões, bem como a elevação de R\$28,3 milhões da conta de debêntures e R\$53,4 milhões em arrendamentos mercantis.

O patrimônio líquido da Companhia totalizou R\$68,5 milhões em 31 de dezembro de 2022, uma diminuição de R\$68,2 milhões (-49,9%) em relação ao registrado no ano anterior por conta do prejuízo apresentado no exercício de 2022, conforme pode ser observado no Demonstrativo do Resultado do Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 a seguir.

DRE

(valores expressos em milhares de reais, exceto percentuais)

	31/12/2022	AV (%)	31/12/2021	AV (%)	AH (%)
Receita líquida de vendas	1.631.761	100,00%	1.356.199	100,00%	20,32%
Custo dos serviços prestados	-1.517.548	-93,00%	-1.241.362	-91,53%	22,25%
Lucro bruto	114.213	7,00%	114.837	8,47%	-0,54%
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas administrativas	-74.044	-4,54%	-100.654	-7,42%	-26,44%
Despesas de vendas	-31.077	-1,90%	-25.188	-1,86%	23,38%
Ganho (perda) por redução ao valor recuperável de contas a receber	717	0,04%	-456	-0,03%	-257,24%
Outras receitas operacionais, líquidas	25.140	1,54%	32.307	2,38%	-22,18%
Lucro (prejuízo) antes do lucro operacional antes das partic. societárias e de resultado financeiro	34.949	2,14%	20.846	1,54%	67,65%
Receitas financeiras	9.061	0,56%	10.154	0,75%	-10,76%
Despesas financeiras	-118.578	-7,27%	-57.280	-4,22%	107,01%
Lucro (prejuízo) antes do imposto	-74.568	-4,57%	-26.280	-1,94%	183,74%
Imposto de renda e contribuição social corrente	-11.574	-0,71%	10.642	0,78%	-208,76%
Imposto de renda e contribuição social diferido	15.043	0,92%	27.661	2,04%	-45,62%
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	-71.099	-4,36%	12.023	0,89%	-691,36%

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

A receita líquida da Companhia atingiu R\$1.631,8 milhões no ano de 2022, 20,3% (+R\$275,6 milhões) superior ao montante registrado em igual período do ano anterior, sendo impactada positivamente pela conquista de novos contratos e acordos comerciais no ano e pela repactuação de preços junto aos clientes atuais a fim de recompor as margens da Companhia.

Já os custos dos serviços prestados apresentaram um crescimento de 22,2% (+276,2 milhões) em 31 de dezembro de 2022, em relação a 31 de dezembro de 2021. Essa variação pode ser explicada principalmente pela elevação dos preços dos combustíveis no 1º semestre de 2022, e pelo aumento no valor da depreciação dos veículos em razão da substituição da frota, sendo que os demais custos seguiram em linha com crescimento da receita.

Diante disso, o lucro bruto da Companhia manteve-se estável em 2022, com leve redução de R\$0,6 milhões quando comparado ao ano anterior, passando de R\$114,8 milhões para R\$114,2 milhões.

As despesas administrativas representaram, em 2022, 4,5% da receita líquida, em relação a 31 de dezembro de 2021, registrando uma redução de R\$26,6 milhões (-26,4%) em relação ao ano anterior. Essa redução está relacionada ao redesenho dos processos internos, sinergias entre as áreas e integrações de processos entre empresas do grupo.

A variação das despesas com vendas acompanhou a evolução da receita líquida.

A conta ganho (perda) por redução ao valor recuperável de contas a receber apresentou variação positiva de R\$1,1 milhão, fruto principalmente da recuperação de créditos de clientes, anteriormente lançados em provisão de perdas de crédito.

Outras receitas operacionais, líquidas, apresentou redução de R\$7,1 milhões em 2022 quando comparado a 2021. No exercício social de 2021 houve ganho tributário de ação com trânsito em julgado que impactou esse resultado, sendo que no ano de 2022 parte dessa receita foi compensada pelo aumento do resultado das vendas de veículos.

O resultado financeiro negativo de R\$109,5 milhões em 2022, frente ao resultado financeiro negativo de R\$47,1 milhões registrado no ano anterior, está relacionado principalmente a escalada do aumento das taxas de juros ocorrida a partir de 2º semestre de 2021, que impactou diretamente os saldos dos empréstimos e financiamentos da Companhia e, por consequência, aumentou os custos financeiros.

A Companhia registrou prejuízo de R\$71,1 milhões em 2022, impactado pelos fatores já comentados nas demais contas de resultado.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

PRINCIPAIS VARIAÇÕES FLUXO DE CAIXA

(valores expressos em milhares de reais, exceto percentuais)

	31/12/2022	31/12/2021	AH (%)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	157.450	46.577	238,04%
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	-35.157	-73.138	-51,93%
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	-97.672	24.019	-506,64%
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	24.019	-2.542	-1068,57%

O caixa líquido proveniente das atividades operacionais apresentou, em 31 de dezembro 2022, um aumento de R\$110,9 milhões em comparação com o ano anterior. Esse aumento deve-se a redução do prazo médio do contas a receber, a ampliação dos prazos de pagamento junto aos fornecedores, as recuperações de créditos tributários e a elevação dos valores da depreciação de veículos relativos à renovação da frota.

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimento, em 31 de dezembro de 2022, totalizou R\$35,2 milhões, comparado aos R\$73,1 milhões aplicados em 31 de dezembro de 2021. Essa redução de R\$38,0 milhões, ou 51,9%, foi ocasionada, principalmente, pelo resultado da venda de veículos oriundos da renovação da frota.

O caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento, em 31 de dezembro de 2022, apresentou variação negativa de R\$121,7 milhões quando comparado ao mesmo período do ano anterior. Essa variação teve com principais fatores: (i) o pré-pagamento de debêntures, (ii) o aumento dos pagamentos de parcelas dos arrendamentos mercantis por conta da renovação da frota, e (iii) as novas captações para suportar o crescimento orgânico da receita.

2.2 Resultados operacional e financeiro

a) resultados das operações do emissor:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Receita Bruta

- **Serviços Dedicados:** As receitas provenientes de Serviços Dedicados variam em função da quantidade de veículos alocados, quantidades movimentadas e/ou transportada de cargas, combinada com o volume (ex: m³) e/ou peso da carga, distância percorrida e, em alguns casos, com base na quantidade de viagens.
- **Operações de TM (Transportation Management)** As receitas provenientes do TM são viagens caracterizadas como Cargas Gerais ou Cargas Fracionadas, que variam em função do volume, do peso da carga transportada ou peso cubado, da distância percorrida e, em alguns casos, da quantidade de viagens.

Receita Líquida de Vendas

A receita líquida de vendas se refere à soma da receita de serviços excluindo os tributos incidentes sobre o faturamento, cancelamentos e descontos comerciais.

Outras Receitas Operacionais

Reconhecemos como outras receitas a venda de ativos utilizados na prestação de serviços tais como veículos pesados, máquinas e equipamentos. Estes ativos são disponibilizados para à venda no estado em que se encontram.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Os fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais constam no item 4 Fatores de risco deste formulário

b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços:

Os fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais constam no item 4 Fatores de risco deste formulário

c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante:

Os fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais constam no item 4 Fatores de risco deste formulário

2.2 Resultados operacional e financeiro

Taxas de Inflação

Os fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais constam no item 4 Fatores de risco deste formulário

Variação dos principais insumos e produtos

Os fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais constam no item 4 Fatores de risco deste formulário.

Câmbio

Os fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais constam no item 4 Fatores de risco deste formulário.

Taxa de Juros

Os fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais constam no item 4 Fatores de risco deste formulário.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

a) mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos itens 2.1 e 2.2

Não houve mudanças significativas nas práticas contábeis nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021. Por mais que algumas normas e interpretações foram alteradas, conforme descritas abaixo, estas não trouxeram impacto significativa nas informações financeiras da Companhia e de seus controladas: (i) Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes (alterações ao CPC 26/IAS 1 e CPC 23/IAS 8); (ii) IFRS 17 Contratos de Seguros; (iii) Divulgação de políticas contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Demonstração Prática 2); (iv) Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (Alterações ao CPC 32/IAS 12); e (v) Definição de estimativa contábil (Alterações ao CPC 23/IAS 8).

b) opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

O relatório dos auditores referentes às demonstrações financeiras dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 não continham opiniões modificadas e ênfases.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

As informações a seguir apresentadas foram avaliadas e comentadas pelos Diretores da Companhia:

a) *introdução ou alienação de segmento operacional*

Nos três últimos exercícios sociais não foi introduzido ou alienado nenhum segmento operacional.

b) *constituição, aquisição ou alienação de participação societária*

Em 1 de março de 2018, a Companhia obteve o controle da Transeich Assessoria e Transportes S.A., companhia de transporte rodoviário de cargas e da Transeich Armazéns Gerais S.A., armazém geral, ao adquirir 100% das ações do capital votante dessas entidades. Estas aquisições permitirão a Companhia a oferta de novos serviços, a ampliação da sua clientela e da região de atuação e a otimização de rotas atendidas pela Companhia. A Companhia também espera reduzir seus custos por meio de economias de escala.

Em 11 de dezembro de 2019, a Companhia obteve todas as aprovações e condições precedentes para a aquisição da totalidade das cotas da Translovato Ltda., reforçando sua atuação no segmento de transporte de cargas gerais fracionadas e aumentando sua capacidade de atender a seus clientes em todas as etapas da cadeia logística. Em 10 de setembro de 2020, a Companhia obteve o controle da Translag Transporte e Logística Ltda., Companhia com sede na cidade de Goiás, Estado de Goiânia, com cinco filiais distribuídas nas regiões Nordeste, São Paulo e Centro Oeste.

Em 1º de dezembro de 2020, a Companhia confirmou a aquisição da empresa Diálogo Logística Inteligente Ltda., com sede na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, empresa de logística especializada em e-commerce.

c) *eventos ou operações não usuais*

Não houve operações ou eventos não usuais nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2021 e 2022.

2.5 Medições não contábeis

a) *informar o valor das medições não contábeis*

O EBITDA registrado nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2019 foram R\$ 144.880 mil, R\$ 104.735 mil e 105.728 mil, respectivamente.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de

(R\$ Mil)	2022	2021	2020
EBITDA(1)	144.880	104.735	105.728
Margem EBITDA (EBITDA / Receita Líquida)	8,88%	7,72%	10,55%
Dívida Bruta	464.250	396.038	284.959
Dívida Bruta Ajustada(2)	510.420	470.961	383.924
Dívida Líquida	393.727	357.456	243.835
Dívida Líquida/EBITDA	2,72	3,41	2,31
(Patrimônio Líq. / Dívida Bruta Ajustada)	0,1341	0,2902	0,3322

(1) EBITDA (Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization): lucro líquido antes das despesas financeiras líquidas, do imposto de renda e contribuição social corrente e diferido da depreciação e da amortização e depreciação do ativo de direito de uso.

(2) Dívida bruta ajustada é equivalente à soma dos empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo, adicionados às dívidas com as debêntures de curto e longo prazo e das obrigações com as contas a pagar por aquisição de controladas de curto e longo prazo. Vide conciliação a seguir.

b) *fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas*

(R\$ Mil)	2022	2021	2020
Lucro Líquido (prejuízo)	-71.099	12.023	8.899
Despesas financeiras líquidas	109.517	47.126	25.626
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	-3.469	-38.303	-278
Depreciação, Amortização e Depreciação (ativo de direito de uso)	112.178	85.112	71.481
Ganho de redução de preço na aquisição de controladas	-2.247	-1.223	-
EBITDA (1)	144.880	104.735	105.728

(1) EBITDA (Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization): lucro líquido antes das despesas financeiras líquidas, do imposto de renda e contribuição social corrente e diferido da depreciação e da amortização e depreciação do ativo de direito de uso.

2.5 Medições não contábeis

(R\$ Mil)	2022	2021	2020
Receita Líquida de Vendas	1.631.761	1.356.199	1.002.017
EBITDA (1)	144.880	104.735	105.728
Margem EBITDA (EBITDA / Receita Líquida de Vendas)	8,88%	7,72%	10,55%

(1) EBITDA (Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization): lucro líquido antes das despesas financeiras líquidas, do imposto de renda e contribuição social corrente e diferido da depreciação e da amortização e depreciação do ativo de direito de uso.

Dívida Bruta Ajustada (R\$ Mil)	2022	2021	2020
Empréstimo e Financiamentos - Curto Prazo	131.852	82.330	92.066
Empréstimo e Financiamentos - Longo Prazo	147.139	104.333	156.999
Empréstimos e Financiamentos - Total	278.991	186.663	249.065
Debêntures - Curto Prazo	14.343	66.780	14.806
Debêntures - Longo Prazo	170.916	142.595	21.088
Debêntures - Total	185.259	209.375	35.894
Dívida Bruta	464.250	396.038	284.959
Contas a pagar por aquisição de controladas - Curto Prazo	24.256	38.868	32.758
Contas a pagar por aquisição de controladas - Longo Prazo	21.914	36.055	66.207
Contas a pagar por aquisição de controladas - Total	46.170	74.923	98.965
Dívida Bruta Ajustada	510.420	470.961	383.924
Patrimônio Líquido	68.461	136.660	127.537
(Patrimônio Líquido / Dívida Bruta Ajustada)	0,1341	0,2902	0,3322

Outro índice que a Companhia entende ser relevante é o índice de dívida líquida/EBITDA.

(R\$ Milhões)	2022	2021	2020
Empréstimos e Financiamentos (1)	279,0	186,7	249,1
Debêntures	185,3	209,4	35,9
Dívida Bruta	464,3	396,1	285,0
Caixa e equivalente de caixa	70,5	38,6	41,1
Dívida Líquida	393,7	357,5	243,9
EBITDA	144,9	105,0	105,7
EBITDA Proforma (2)	144,9	105,0	117,3
Dívida Líquida / EBITDA Pro forma	2,72	3,41	2,08

(1) Considera a soma do passivo circulante e não circulante.

(2) Para os anos de 2019 e 2020 o EBITDA LTM Pro forma refere-se ao EBITDA calculado dos últimos 12 meses seguidos e proforma, pois considera a totalidade do EBITDA das empresas no intervalo de tempo como se a operação houvesse sido concluída antes do início do período.

2.5 Medições não contábeis

c) explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

A Companhia utiliza o EBITDA como medição não contábil, com o intuito de prover informação financeira adicional sobre a sua capacidade de gerar resultados operacionais e possibilitar uma comparação com os concorrentes de mercado, os quais, em geral, também utilizam tal medição. De acordo com a Instrução CVM 527, o EBITDA (Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization): lucro líquido antes das despesas financeiras líquidas, do imposto de renda e contribuição social corrente e diferido da depreciação e da amortização e depreciação do ativo de direito de uso.

O EBITDA não é uma medida definida nas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, assim como não consta nas práticas contábeis internacionais (International Financial Reporting Standards – IFRS) e não representa o fluxo de caixa para os exercícios apresentados, não devendo ser considerado (i) como substituto para o lucro líquido, como indicador de desempenho operacional da Companhia, (ii) como substituto do fluxo de caixa ou (iii) como indicador de liquidez da Companhia.

A Margem EBITDA é um indicador financeiro de rentabilidade operacional que é resultado da divisão do EBITDA pela receita líquida de vendas. Esse percentual permite saber a lucratividade da operação da Companhia antes da remuneração do capital de terceiros, dos impostos e da recuperação dos recursos investidos. Quanto maior for a margem EBITDA, melhor será o desempenho da Companhia nesse indicador.

A Dívida Bruta é a soma dos saldos dos empréstimos e financiamentos mais o saldo de debêntures registrados no curto e no longo prazo. Dívida Líquida é o resultado da dívida bruta deduzida do saldo de caixa e equivalentes de caixa. A Companhia entende que a medição o índice de endividamento Dívida Líquida / EBITDA é um bom indicador na avaliação do seu grau de endividamento em relação à sua capacidade de geração de resultados e consequente geração de caixa. A dívida líquida não é uma medida de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ou de acordo com os International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidos pelo International Accounting Standard Board (IASB) e não possuem significado padrão. Outras empresas podem calcular a Dívida Líquida de maneira diferente ao calculado pela Companhia

O EBITDA pro forma é uma medida utilizada pela Companhia para medir principalmente seu desempenho de geração de resultados operacionais considerando o EBITDA das empresas adquiridas, como se a operação houvesse sido concluída antes do início do período. Essa medida é essencial para a Companhia comparar o resultado com posições do balanço patrimonial. O principal índice no qual a Companhia utiliza o EBITDA pro forma é alavancagem financeira ou endividamento.

2.6 Eventos subsequentes as DFs

Não foram divulgados eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

2.7 Destinação de resultados

Período	2022	2021	2020
(a) Regras sobre retenção de lucros	De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, os acionistas reunidos em assembleia geral ordinária poderão deliberar sobre a retenção de parcela do lucro líquido do exercício, alocada para o pagamento de despesas previstas em orçamento de capital que tenha sido previamente aprovado. Ademais, a Lei nº 6.404/1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), bem como o Estatuto Social da Companhia, estabelece que 5% do lucro líquido será destinado para a constituição de reserva legal, desde que não exceda 20% do capital social.	De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, os acionistas reunidos em assembleia geral ordinária poderão deliberar sobre a retenção de parcela do lucro líquido do exercício, alocada para o pagamento de despesas previstas em orçamento de capital que tenha sido previamente aprovado. Ademais, a Lei nº 6.404/1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), bem como o Estatuto Social da Companhia, estabelece que 5% do lucro líquido será destinado para a constituição de reserva legal, desde que não exceda 20% do capital social.	De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, os acionistas reunidos em assembleia geral ordinária poderão deliberar sobre a retenção de parcela do lucro líquido do exercício, alocada para o pagamento de despesas previstas em orçamento de capital que tenha sido previamente aprovado. Ademais, a Lei nº 6.404/1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), bem como o Estatuto Social da Companhia, estabelece que 5% do lucro líquido será destinado para a constituição de reserva legal, desde que não exceda 20% do capital social.
(a i) Valores das retenções de lucros	No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 a Companhia apresentou prejuízo nos resultados, dessa forma, não houve retenções de lucros.	Reserva Legal: R\$601 mil Reserva de Retenção de Lucros: R\$11.422 mil	Reserva Legal: R\$445 mil Distribuição de Dividendos: R\$2.114 mil Reserva de Incentivos Fiscais: R\$6.742 mil
(a ii) Percentuais em relação aos Lucros Totais Declarados	Reserva Legal: 0% Retenção de lucros:0%	Reserva Legal: 5% Retenção de lucros:95%	Reserva Legal: 5% Distribuição de Dividendos: 23% Reserva de Incentivos Fiscais: 72%
(b) Regras sobre distribuição de dividendos	De acordo com o Estatuto Social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório estabelecido é de 25% do lucro líquido ajustado, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.	De acordo com o Estatuto Social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório estabelecido é de 25% do lucro líquido ajustado, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.	De acordo com o Estatuto Social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório estabelecido é de 25% do lucro líquido ajustado, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.
(c) Periodicidade das distribuições de dividendos	Nos termos do Estatuto Social da Companhia e do artigo 204 da Lei das Sociedades por Ações, a Companhia poderá levantar balanço semestral ou em períodos menores e, com base nos resultados verificados, declarar, por deliberação da Diretoria, dividendos intermediários à conta do lucro apurado nesse balanço.	Nos termos do Estatuto Social da Companhia e do artigo 204 da Lei das Sociedades por Ações, a Companhia poderá levantar balanço semestral ou em períodos menores e, com base nos resultados verificados, declarar, por deliberação da Diretoria, dividendos intermediários à conta do lucro apurado nesse balanço.	Nos termos do Estatuto Social da Companhia e do artigo 204 da Lei das Sociedades por Ações, a Companhia poderá levantar balanço semestral ou em períodos menores e, com base nos resultados verificados, declarar, por deliberação da Diretoria, dividendos intermediários à conta do lucro apurado nesse balanço.

2.7 Destinação de resultados

Período	2022	2021	2020
	<p>Poderá a Diretoria, ainda, deliberar sobre a distribuição de dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reserva de lucros existente no último balanço anual.</p> <p>A Companhia poderá levantar balanço e distribuir dividendos em períodos menores, desde que o total dos dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o montante das reservas de capital de que trata o § 1º do artigo 182 da Lei das Sociedades por Ações.</p>	<p>Poderá a Diretoria, ainda, deliberar sobre a distribuição de dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reserva de lucros existente no último balanço anual.</p> <p>A Companhia poderá levantar balanço e distribuir dividendos em períodos menores, desde que o total dos dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o montante das reservas de capital de que trata o § 1º do artigo 182 da Lei das Sociedades por Ações.</p>	<p>Poderá a Diretoria, ainda, deliberar sobre a distribuição de dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reserva de lucros existente no último balanço anual.</p> <p>A Companhia poderá levantar balanço e distribuir dividendos em períodos menores, desde que o total dos dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o montante das reservas de capital de que trata o § 1º do artigo 182 da Lei das Sociedades por Ações.</p>
(d) Restrições à distribuição de dividendos	Não havia restrições às distribuições de dividendos.	Não havia restrições às distribuições de dividendos.	Não havia restrições às distribuições de dividendos.
(e) Política de destinação de resultado formalmente aprovada	Não aplicável, tendo em vista que, além das regras previstas em seu Estatuto Social, a Companhia não possui e não possuía nos três últimos exercícios sociais, uma política de destinação de resultados formalmente aprovada.	Não aplicável, tendo em vista que, além das regras previstas em seu Estatuto Social, a Companhia não possui e não possuía nos três últimos exercícios sociais, uma política de destinação de resultados formalmente aprovada.	Não aplicável, tendo em vista que, além das regras previstas em seu Estatuto Social, a Companhia não possui e não possuía nos três últimos exercícios sociais, uma política de destinação de resultados formalmente aprovada.

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

a) os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items) tais como:

i. *Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando os respectivos passivos;*

Não há qualquer transação indicada acima que não apareça no balanço patrimonial.

ii. *Contratos de futura compra e venda de produtos e serviços;*

Não há qualquer transação indicada acima que não apareça no balanço patrimonial.

iii. *Contratos de construção não terminada; e*

Não há qualquer transação indicada acima que não apareça no balanço patrimonial.

iv. *Contratos de recebimento futuros de financiamentos.*

Não há qualquer transação indicada acima que não apareça no balanço patrimonial.

b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não existem outros ativos ou passivos não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Na avaliação da Administração, não há itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia dos exercícios de 2020, 2021 e 2022.

b) natureza e propósito da operação

Na avaliação da Administração, não há itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia dos exercícios de 2020, 2021 e 2022.

c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Na avaliação da Administração, não há itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia dos exercícios de 2020, 2021 e 2022.

2.10 Planos de negócios

a) Investimentos, incluindo:

(i) descrição dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

No ano de 2022 foram investidos cerca de R\$ 45,4 milhões, visando a continuidade e o crescimento das operações da Companhia. Tais recursos foram destinados para a aquisição de ativos móveis, basicamente a compra de veículos pesados / máquinas e equipamentos (Cavalo Mecânico, Caminhões, Semirreboques, Carretas, Gruas, Tratores, Forwarder e Harvester), com foco principal na renovação de frota e na mobilização de um novo contrato no segmento de operações dedicadas, além de investimentos em tecnologia e desenvolvimento de novas ferramentas operacionais, como, por exemplo, o desenvolvimento da Plataforma digital.

(ii) fontes de financiamento dos investimentos

Os investimentos tiveram como principal fonte o capital próprio decorrente da geração de caixa operacional da Companhia e capital de terceiros, sendo a principal fonte os valores obtidos com a 3ª emissão de debêntures da Companhia. No entanto, a Companhia estuda diversas possibilidades de financiamentos para aquisição de ativos, baseando a sua escolha sempre na melhor opção em termos de custo e prazo que estejam alinhadas com as estratégias da Companhia.

(iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não há desinvestimento relevante em andamento ou houve desinvestimento relevante no decorrer do ano de 2022.

b) aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não temos nenhuma aquisição que possa influenciar materialmente a Companhia.

c) novos produtos ou serviços, indicando:

Não prevemos no plano de negócio atual o lançamento de novos produtos ou serviços.

(i) Pesquisas em andamento

Não se aplica, tendo em vista que não há previsão de lançamento de novos produtos

(ii) Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não se aplica, tendo em vista que não há previsão de lançamento de novos produtos

2.10 Planos de negócios

(iii) Projetos em desenvolvimento já divulgados

Não se aplica, tendo em vista que não há previsão de lançamento de novos produtos

(iv) Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não se aplica, tendo em vista que não há previsão de lançamento de novos produtos

d) oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

Os investimentos realizados em 2022 englobaram a renovação de parte da frota, incluindo veículos com tecnologias que propiciam menores emissões de gases de efeito estufa, utilizam menos combustível e apresentam maior qualidade ergonômica para nossos motoristas além de mais segurança para condutores e para a carga.

Os investimentos na plataforma digital também apresentam oportunidades para ASG, pois essa tecnologia engloba modelos matemáticos e roteirizadores que apresentam as rotas mais eficientes, inclusive considerando as menores emissões de gases de efeito estufa e desgaste dos veículos e por conseguinte de motoristas.

Ainda em relação aos investimentos com tecnologia, a Companhia testou veículos com diferentes combustíveis.

De maneira mais específica, a Companhia investiu na adesão voluntária de programas sociais e plataformas de reporte e transparência com métricas e planos de ação de ASG.

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

a) *Contrato comercial relevante*

Em 8 de fevereiro de 2022, a Companhia celebrou com a Klabin S.A. dois relevantes contratos comerciais sendo um deles para transporte rodoviário e florestal de toras de madeira das áreas florestais e pátios externos para as fábricas e clientes, e o outro para carregamento de madeira e apoio ao transporte florestal, ambos pelo prazo de seis anos.

Esses contratos têm um potencial de movimentação mensal acima de 400.000 toneladas (não auditado), poderá gerar uma receita de aproximadamente R\$ 1 bilhão (não auditado).

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

a) se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

A Companhia possui política de gerenciamento de riscos e oportunidades aprovada pelo Conselho de Administração em 06 de agosto de 2020 ("Política de Gerenciamento de Riscos") e revisada anualmente.

b) os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

O objetivo da Política de Gerenciamento de Riscos da Companhia é descrever a metodologia adotada para identificar, classificar, tomar ações e estabelecer controles para gerenciar os riscos pertinentes às atividades, processos e serviços executados na organização dando suporte ao cumprimento dos objetivos da Companhia, definindo estratégias de mitigação de eventos com potencial de afetar a Companhia, gerenciando os riscos de forma compatível com a capacidade de entendimento do contexto, do mapeamento de riscos e com a tolerância aos riscos definida na Política de Gerenciamento de Riscos.

Com a implementação da Política de Gerenciamento de Riscos espera-se proteger e criar valor para a Companhia por meio da identificação dos riscos de negócios e do mapeamento dos processos, sistemas e controles que suportam suas atividades/operações, permitindo a melhor tomada de decisão por sua Administração.

(i) os riscos para os quais se busca proteção

Nos termos da Política de Gerenciamento de Riscos, sem prejuízo de outros riscos que o contexto das operações da Companhia e/ou do processo mapeado, os riscos para os quais a Companhia busca proteção são classificados da seguinte forma, sendo os riscos descritos no item 4.1 deste Formulário de Referência, delas derivados:

Riscos estratégicos: são os riscos associados às decisões estratégicas da Companhia para atingir os seus objetivos de negócios e/ou decorrentes da falta de capacidade ou habilidade da Companhia para se proteger ou se adaptar a mudanças no ambiente.

Riscos operacionais: são aqueles decorrentes da inadequação, falha, deficiência ou fraude nos processos internos, pessoas ou ambiente de tecnologia, que possam dificultar ou impedir o alcance dos objetivos da empresa. Esses riscos estão associados à execução das atividades da Companhia (relacionadas aos seus objetivos sociais), bem como às demais áreas administrativas internas de suporte.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Riscos de mercado: são definidos como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da movimentação nos valores de mercado de posições detidas pela Companhia, considerando, inclusive, os riscos das operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

Riscos de liquidez: são definidos como a possibilidade de a Companhia cumprir com as obrigações assumidas nos prazos acordados, inclusive as decorrentes de vinculações de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

Riscos de crédito: são a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao financiamento concedido aos clientes na operacionalização dos negócios, além dos riscos de contraparte assumidos nas operações de tesouraria.

Riscos de imagem e reputação: são decorrentes das práticas internas, de outros riscos e fatores externos que possam gerar uma percepção negativa das empresas por parte dos clientes, acionistas, investidores, parceiros comerciais, entre outros. Em suma, que possam gerar danos à reputação, credibilidade e marca da Companhia.

Riscos de conformidade (*compliance*): decorrem da inobservância das leis e normas aplicáveis aos negócios da Companhia, o que pode acarretar perda financeira por meio do pagamento de multas, indenizações e acarretar danos à imagem e à credibilidade da Companhia no mercado.

Riscos Conjunturais: são riscos relacionados ao ambiente macroeconômico, político e social das localidades em que operamos, que possam vir a nos afetar indiretamente caso nossos clientes sejam afetados, o que implicaria em uma redução de demanda.

Riscos Socioambientais: São riscos que podem afetar direta ou indiretamente o meio ambiente, as comunidades ou pessoas que estejam em áreas de influência da Companhia.

Riscos legais e regulatórios ou de conformidade: Eventos derivados de falhas no cumprimento de aplicação de leis, acordos, regulamentos e das políticas da Companhia, ou, ainda, alterações legislativas ou normativas não previstas e que podem comprometer as atividades da Companhia.

Riscos de Infraestrutura: Esta modalidade de riscos está relacionada a um processo contínuo, que consiste no desenvolvimento de um conjunto de ações destinadas a identificar, analisar, monitorar, priorizar e tratar riscos positivos ou

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

negativos, capazes de afetar os objetivos, programas, projetos ou processos de trabalho nos níveis estratégico, tático e operacional da Companhia.

(ii) os instrumentos utilizados para proteção

De acordo com a Política de Gerenciamento de Riscos a Companhia adota o modelo de gerenciamento de riscos conforme diretrizes do COSO – Committee of Sponsoring Organizations of Treadway Commission e os passos descritos na norma ABNT ISO 31000: 2018. O mapeamento de riscos se inicia com o mapeamento dos processos operacionais da Companhia. São utilizadas as informações dos mapeamentos realizados pelas áreas e validados pela Gerência de Processos, através do GEROT - Gerenciamento da Rotina. Caso não exista o mapeamento formalizado, é estabelecido o contexto em conjunto com a Gerência de Riscos e Controles internos para o mapeamento dos possíveis riscos, ou seja, para que seja possível definir os processos que deverão compor a análise de riscos.

Identificação dos Riscos

A identificação de riscos inerentes ocorrerá através de entrevistas e “brainstorms” com as áreas envolvidas. Neste processo, serão utilizados também como fonte de informação para identificação dos riscos os relatórios do Canal de Denúncias e os relatórios de auditorias internas e/ou externas realizadas.

Mensuração de Riscos

Após a identificação dos riscos é realizada a mensuração e a definição da nota de risco, conforme o NPR – Nível de Prioridade de Risco, conforme descrição constante da Política de Gerenciamento de Riscos, que leva em conta o impacto do risco identificado sobre a Companhia, a frequência ou probabilidade de ocorrência futura do risco identificado, o grau de controle existente para detecção do risco identificado, o quanto a Administração da Companhia pode influenciar de forma a minimizar ou eliminar o impacto advindo do risco identificado, a percepção externa associada à imagem da Companhia, de seus produtos, serviços, e a área de negócios afetada pelo risco identificado.

Após a atribuição do NPR será definido o Risco Residual. Nesta etapa será necessário definir as causas prováveis que possibilitam a ocorrência do risco identificado.

Avaliação de Riscos e Controles

Durante a etapa de avaliação de riscos e controles, a ser realizada pela Gerência de Riscos e Controles Internos, são mensurados os controles existentes e a sua eficácia.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Os resultados dessa avaliação serão considerados para atribuição da nota para o Risco residual.

Matriz de Riscos

Após definição do valor do Risco Residual será composta a Matriz de Riscos considerando os cenários de risco identificados e suas respectivas pontuações, que de acordo com a Política de Gerenciamento de Riscos resultam na seguinte classificação dos riscos identificados:

Azul: Impactos mínimos – são caracterizados por riscos associados à degradação de operações, atividades, projetos, programas ou processos, porém causando impactos mínimos nos objetivos relacionados ao atendimento de metas, padrões ou à capacidade de entrega de produtos/serviços às partes interessadas.

Verde: Impactos pequenos – são caracterizados por riscos associados à degradação de operações, atividades, projetos, programas ou processos, causando impactos pequenos nos objetivos relacionados ao atendimento de metas, padrões ou à capacidade de entrega de produtos/serviços às partes interessadas.

Amarelo: Impactos significativos – são caracterizados por riscos associados à interrupção de operações ou atividades, de projetos, programas ou processos, causando impactos significativos nos objetivos relacionados ao atendimento de metas, padrões ou à capacidade de entrega de produtos/serviços às partes interessadas, porém recuperáveis.

Laranja: Impactos de reversão muito difícil – são caracterizados por riscos associados à interrupção de operações, atividades, projetos, programas ou processos, causando impactos de reversão muito difícil nos objetivos relacionados ao atendimento de metas, padrões ou à capacidade de entrega de produtos/serviços às partes interessadas.

Vermelho: Impactos irreversíveis – são caracterizados por riscos associados à paralisação de operações, atividades, projetos, programas ou processos, causando impactos irreversíveis nos objetivos relacionados ao atendimento de metas, padrões ou à capacidade de entrega de produtos/serviços às partes interessadas.

A partir do estabelecimento da Matriz de Riscos a Administração da Companhia estabelece o seu apetite para os riscos identificados, levando em consideração cenários descritos na Política de Gerenciamento de Riscos, que determinam o nível de exposição que a Administração da Companhia entende ser aceitável para um determinado risco identificado.

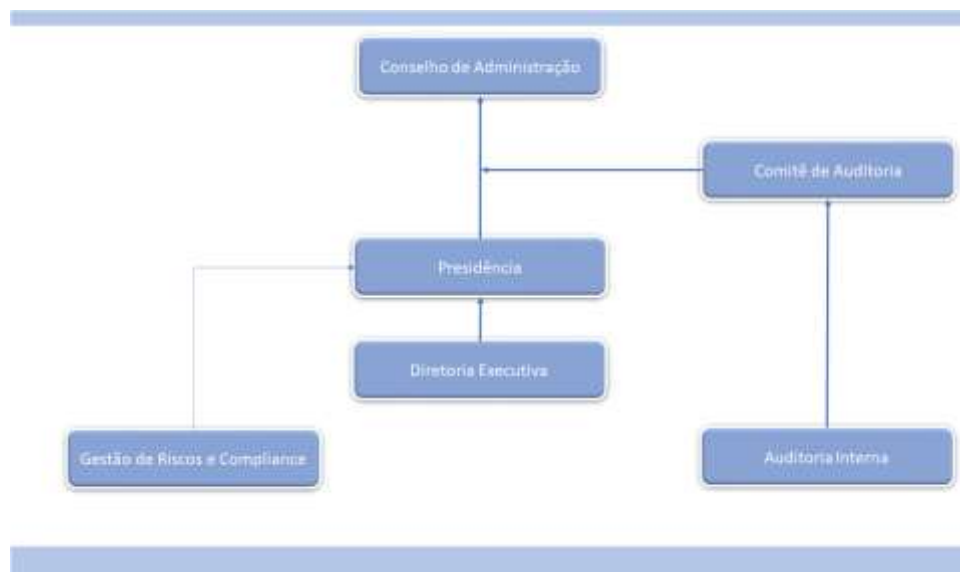
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Plano de Implementação de Controles Internos e Mitigação dos Riscos

A partir dessas definições, são determinadas as ações necessárias para o tratamento e o monitoramento dos riscos identificados, que obedecerão um plano de implementação de controles e mitigação de riscos que levará em conta os custos e o esforço necessários para sua implementação, os benefícios originados a partir das ações tomadas, os requisitos legais e regulatórios que deverão ser atendidos e o cronograma para implementação.

Monitoramento e Reporte

A Gerência de Riscos e Controles Internos será responsável por organizar as agendas de mapeamento, testes de verificação de implementação das ações e apresentações dos resultados ao Diretor Presidente e à Diretoria, ao Comitê de Auditoria e ao Conselho de Administração da Companhia.



(iii) a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

De acordo com a Política de Gerenciamento de Riscos da Companhia, a estrutura organizacional envolvida na identificação, mapeamento e mitigação dos riscos é dividida em três principais linhas de defesa, assim descritas:

1ª Linha - A primeira linha é formada pelos donos ou proprietários dos riscos. A responsabilidade principal desta linha de defesa é manter o risco dentro do limite de tolerância definido pela Administração da Companhia. A primeira linha de defesa é composta pelos gestores operacionais e pelos executores das atividades primárias

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

das unidades de negócio, ou seja, gerentes, coordenadores, analistas, supervisores e demais funcionários que atuam nas operações. Os principais papéis desta linha de defesa são a identificação, avaliação, tratamento, prevenção e monitoramento dos seus riscos de forma integrada;

2ª Linha – A segunda linha é composta pelos especialistas das áreas de negócio que detém o conhecimento específico de sua área e devem atuar com a gestão de riscos do negócio orientando e assessorando a primeira linha de defesa na construção dos planos de mitigação de riscos. A Companhia possui nessa linha de defesa as áreas de gerenciamento de riscos operacionais, segurança da informação, segurança do trabalho, jurídico, meio ambiente, qualidade assegurada e controladoria como áreas da segunda linha de defesa. A Gerência de Riscos e Controles Internos atua como especialista para dar suporte técnico e organizar as atividades conforme diretrizes da ISO 31000. Cada área especialista atua sobre os riscos específicos identificados na sua atividade e deve definir as metodologias a serem adotadas bem como providenciar o treinamento das pessoas envolvidas nos processos (colaboradores da 1ª linha de defesa) e o acompanhamento dos trabalhos de mapeamento e mitigação dos respectivos riscos; e

3ª Linha – A terceira linha é composta pela área de auditoria interna. A auditoria interna se reporta ao Comitê de Auditoria e deve atuar de acordo com as normas reconhecidas da profissão, conforme estabelecidas pelo Instituto dos Auditores Internos do Brasil – IAA Brasil. A auditoria externa se reporta diretamente ao Conselho de Administração, com a sua supervisão delegada ao Comitê de Auditoria.

Ainda de acordo com a Política de Gerenciamento de Riscos da Companhia, os órgãos envolvidos na sua gestão e implementação têm as seguintes competências/funções:

Conselho de Administração: Possui as competências previstas no Estatuto Social da Companhia, dentre as quais se destacam para os fins da Política de Gerenciamento de Riscos: (i) aprovar o plano anual da auditoria interna; (ii) definir o nível de apetite para riscos da Companhia; (iii) aprovar o orçamento próprio ao Comitê de Auditoria; (iv) supervisionar o processo de gestão de riscos executado pela Administração da Companhia; e (v) supervisionar o processo de avaliação de controles internos executados pela Administração da Companhia.

Diretor Presidente e Diretoria: O Diretor Presidente, com apoio da Diretoria, tem a responsabilidade de realizar a gestão das seguintes atividades no âmbito da Política de Gerenciamento de Riscos: (i) assegurar que o Conselho de Administração tome conhecimento tempestivo de situações que envolvam risco de *compliance* relevante; (ii) promover o estabelecimento de governança que assegure as três linhas de defesa conforme previsto no COSO e descritas na Política de Gerenciamento de Riscos; (iii) conduzir práticas de negócio que atendam a regulação vigente e as normas internas da Companhia; (iv) assegurar a atuação independente da Gerência de Riscos e Controles internos e da Área de Compliance da Companhia; (v) avaliar os relatórios

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

de controles internos a fim de estabelecer cronograma para a regularização das eventuais deficiências observadas; (vi) aprovar o Plano Anual da atuação da Gerência de Riscos e Controles Internos da Companhia, apresentando-o ao Conselho de Administração; (vii) avaliar e aprovar as estratégias de mitigação de riscos recomendadas pelas áreas, acompanhando a sua efetiva implementação; (viii) aprovar os desdobramentos da Política de Gerenciamento de Riscos definindo normas, regras e responsabilidades; e (ix) reportar anualmente ao Conselho de Administração as atividades realizadas pela Gerência de Riscos e Controles internos *vis a vis* o Plano Anual aprovado.

Comitê de Auditoria: no âmbito da Política de Gerenciamento de Riscos possui as seguintes responsabilidades: (i) supervisionar a qualidade das demonstrações financeiras e dos demais relatórios financeiros; (ii) supervisionar a aderência da Companhia aos requerimentos legais; (iii) supervisionar os aspectos pertinentes à qualificação, performance e independência dos auditores independentes; (iv) manter, periodicamente, reuniões com os gestores dos principais processos operacionais da Companhia com o objetivo de conhecer as operações, os principais riscos do negócio e os controles internos em vigor para mitigar estes riscos; (v) acompanhar as atividades da auditoria interna e da área de controles internos da Companhia, monitorando a efetividade e a suficiência da estrutura, propondo ao Conselho as ações que entender necessárias para aperfeiçoá-la; (vi) avaliar a observância, pela diretoria da Companhia, quanto a resposta e estabelecimento de planos de ação e prazos para implementação de solução das recomendações apresentadas pela auditoria interna ou independente, assim como as emitidas pelo próprio Comitê; (vii) monitorar, juntamente com a área de auditoria interna ou de gestão de riscos da Companhia, as exposições de risco da Companhia, identificados e avaliados pelo Conselho de Administração, são controlados pela Administração e identificadas as exposições da Companhia a tais riscos, informando periodicamente ao Conselho de Administração o resultado deste monitoramento; (viii) recomendar ao Conselho de Administração da Companhia a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a Política de TPR (conforme definida no Item 16.1 deste Formulário de Referência), podendo reunir-se com o Conselho de Administração para discutir tais políticas, bem como as práticas e procedimentos identificados no âmbito das suas respectivas competências; e (ix) possuir meios para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação.

Auditoria Interna: No âmbito da Política de Gerenciamento de Riscos tem as seguintes atribuições: (i) aferir a qualidade e a efetividade dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança da Companhia; (ii) elaborar o Plano de Auditoria anual, levando em consideração a matriz de risco da Companhia, as avaliações da área de controles internos e os resultados dos testes anteriormente realizados, bem como as observações da Administração e Conselho de Administração; (iii) submeter o Plano de Auditoria à apreciação do Comitê de Auditoria e à aprovação do Conselho de Administração; (iv) executar os testes de auditoria conforme Plano de auditoria aprovado; (v) reportar os resultados dos trabalhos realizados à Administração, já

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

com as respostas e planos de ação corretiva, formalmente definidos pela área/diretoria auditada; e (vi) apresentar ao Comitê de Auditoria e Conselho de Administração os resultados dos trabalhos realizados e o monitoramento da execução dos planos de ação corretiva. A auditoria interna atua de forma independente operada por empresa terceira, que reporta ao Comitê de auditoria.

Área de Compliance: No âmbito da Política de Gerenciamento de Riscos tem as seguintes atribuições: (i) implementar e acompanhar o Programa de *Compliance* na Companhia; (ii) orientar os colaboradores da Companhia e terceiros sobre as normas internas; (iii) liderar o trabalho de monitoramento dos riscos de conformidade e propor soluções para mitigação dos riscos; (iv) divulgar para o Comitê de Ética as quebras de conduta identificadas através do canal de denúncias; (v) tratar as quebras de conduta recebidas pelo canal de denúncia conforme orientação do Comitê de Ética; (vi) elaborar e aplicar os treinamentos de *compliance* na Companhia; e (vii) monitorar o ambiente regulatório disponibilizando a informação para a administração bem como atualizar as políticas e procedimentos pertinentes a cada tema específico. A Área de Compliance não poderá ser acumulada com atividades operacionais, nos termos do artigo 24 do Regulamento do Novo Mercado.

Gerência de Riscos e Controles Internos: No âmbito da Política de Gerenciamento de Riscos tem as seguintes atribuições: (i) disseminar a Política de Gerenciamento de Riscos no ambiente interno da Companhia; (ii) elaborar o Plano Anual da atuação da Gerência de Riscos e Controles internos e apresentar ao Diretor Presidente para aprovação; (iii) conduzir o processo de identificação e avaliação de riscos em conjunto com os Diretores de cada área e com os gestores responsáveis de cada processo; (iv) consolidar a Matriz de Riscos dos negócios da Companhia; (v) consolidar as informações e sugerir e/ou recomendar oportunidades de melhoria nos processos que possam gerar ganhos de eficiência e/ou melhor mitigação de riscos; (vi) monitorar os processos definidos como críticos pelo gerenciamento da rotina, verificando, através de suas revisões periódicas, se os procedimentos adotados pelo gestor atendem às necessidades de controle do processo; (vii) a definição dos processos críticos será realizada a partir do gerenciamento da rotina, conduzido pela área de processos em conjunto com as demais áreas de negócio; e (viii) informar ao Diretor Presidente e à Diretoria sobre os resultados dos planos de ação estabelecidos para cada um dos riscos identificados nos processos. A Gerência de Riscos e Controles Internos não poderá acumular atividades operacionais, nos termos do artigo 24 do Regulamento do Novo Mercado.

Gestores: No âmbito da Política de Gerenciamento de Riscos da Companhia, os gestores de cada área interna da Companhia têm como atribuições: (i) atuar como primeira linha de defesa; (ii) garantir que todos os colaboradores sob a sua supervisão tenham conhecimento e pratiquem os preceitos da Política de Gerenciamento de Riscos relacionados à sua área de atuação; (iii) manter o Mapa de Riscos atualizado para cada um dos processos sob sua responsabilidade; (iv) elaborar e manter atualizados os procedimentos relativos aos processos sobre a sua gestão; (v) identificar riscos operacionais em seus processos e implantar controles eficazes para a mitigação dos mesmos e que sejam plenamente evidenciados; (vi) definir e

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

levantar as informações de indicadores de performance (KPI's) para os processos; (vii) propor e implementar os planos de ação para aprimoramento dos processos e controles; e (viii) revisar anualmente os processos sobre a sua gestão, com foco em procedimentos, riscos e controles.

c. a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Considerando a Política de Gerenciamento de Riscos da Companhia, bem como as atribuições de cada um dos órgãos envolvidos no processo de identificação, mapeamento e mitigação de riscos descritos nos itens anteriores, a Administração da Companhia entende que a atual estrutura operacional e de controles internos é adequada para a verificação da efetividade da Política de Gerenciamento de Riscos.

5.2 Descrição dos controles internos

a) *as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las*

Nossos procedimentos de controles internos são um conjunto de processos que visam a fornecer uma garantia razoável sobre a confiabilidade da informação contábil e financeira, bem como a elaboração de demonstrações contábeis para fins externos em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos.

Os principais objetivos dos nossos controles internos são: (i) manutenção de registros que, em detalhe razoável, de forma rigorosa e justa, registra transações e disposições dos ativos da empresa, (ii) fornecimento de segurança razoável de que transações são registradas conforme necessário para permitir a preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e que as receitas e despesas da empresa estão sendo reconhecidas somente de acordo com autorizações da nossa administração, e (iii) fornecimento de uma garantia razoável relativas à prevenção ou detecção e impedimento de alienação não autorizada, de ativos da companhia que poderia ter um efeito significativo nas demonstrações contábeis.

Em um primeiro nível, utilizamos em nossas operações sistemas padronizados que requerem aprovações e possuem alçadas parametrizáveis, como o nosso TMS (Transportation Management System), ERP (Enterprise Resource Planning), SAP Hanna e SE (Soft Expert), e que possuem um controle de acesso protegido por senhas e firewalls. Nosso TMS conta com um controle de margens, baseado em tabelas de preços pré-cadastrados e parâmetros definidos pela nossa administração central, de forma que as diversas filiais não têm autonomia para a emissão de documentos fora dos parâmetros aprovados. Os processos de registros contábeis manuais, adiantamentos, prestação de contas e reembolsos são realizados através de aprovações no SE, assim como o aceite de notas fiscais referente ao processo de compras, de forma que qualquer pagamento ou lançamento na contabilidade precise passar por revisão e aprovação.

Em um segundo nível utilizamos controles diários de faturamento, indicadores operacionais, pagamentos e recebimentos, que permitem aos gestores monitorar a evolução quase em tempo real, e identificar movimentações atípicas.

Em um terceiro nível utilizamos reuniões de resultados mensais, onde os gestores prestam contas dos seus resultados aos diretores das unidades de negócio, comparando resultados realizados com o orçamento e com os resultados de meses anteriores e meses de anos anteriores.

5.2 Descrição dos controles internos

b) as estruturas organizacionais envolvidas

Contamos com uma área de auditoria interna que é responsável por aferir a qualidade e a efetividade dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança da Companhia, por meio da realização de auditorias nas diversas operações, verificação do cumprimento dos procedimentos operacionais existentes, bem como validação do atendimento a legislação vigente. Nos termos do Estatuto Social da Companhia, compete ao Conselho de Administração aprovar as atribuições da área de auditoria interna. A área de auditoria interna se reporta ao Conselho de Administração, conforme aprovado pelo Conselho de Administração em 15 de janeiro de 2020.

O orçamento da área de auditoria interna para o exercício de 2021 foi aprovado pelo Conselho de Administração, tendo sido considerado suficiente para o desempenho de suas atividades.

No final de 2019 foi criada uma estrutura exclusiva para a gestão dos controles internos separando as atividades que eram executadas nas áreas de auditoria interna e controladoria.

Contamos também com um canal de denúncias terceirizado, onde toda denúncia é reportada para a auditoria interna, que se reporta para a alta administração, respondida e devidamente investigada, se assim necessário.

O Comitê de Auditoria é o órgão de assessoramento ao conselho de administração e tem como responsabilidade principal avaliar a efetividade dos sistemas de controles internos e gerenciamento de riscos. É também responsável por monitorar a integridade das demonstrações financeiras, bem como as qualificações e independência da auditoria interna na execução de suas atividades.

c) se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo acompanhamento

A eficiência dos controles é avaliada através das auditorias internas, realizadas pelo gerente de auditoria interna, e reportada para toda diretoria, onde o gestor da unidade em questão deve elaborar plano de ação específico para sanar eventuais falhas nos processos. Os resultados das auditorias também são apresentados ao Comitê de Auditoria, órgão para o qual a Gerência de Auditoria Interna se reporta.

Em casos específicos a administração da Companhia pode contratar empresa de consultoria externa para avaliar um determinado processo e emitir um relatório de recomendações.

Os principais indicadores e resultados da empresa são apresentados mensalmente pelos diretores de unidade de negócio para o Diretor Presidente, Diretor Administrativo Financeiro e demais Diretores Executivos, situação onde é possível

5.2 Descrição dos controles internos

identificar eventuais desvios e definir ações corretivas ou de aprofundamento do processo. Os resultados consolidados são apresentados mensalmente pelo Diretor Presidente e pelo Diretor Administrativo Financeiro ao conselho de administração da Companhia, o qual pode deliberar para o aprofundamento e detalhamento de qualquer processo ou indicador das unidades de negócio.

A Companhia recebe anualmente do auditor uma carta de controles internos, a qual é apresentada ao Conselho de Administração, devendo a administração da Companhia apresentar plano de ação tempestivo para o saneamento de eventuais falhas nos processos.

Adicionalmente, em 2019 a Companhia iniciou um processo de mapeamento de riscos em seus controles internos com consultoria externa de forma a identificar e eliminar possíveis riscos adicionais não identificados na auditoria interna. A partir de 2020 com a contratação do Gerente de Riscos e Controles Internos, a revisão do mapeamento foi realizada de forma periódica, utilizando-se das diretrizes estabelecidas no modelo proposto pelo COSO, com apresentação dos resultados para o Diretor Presidente e demais Diretores e para o Comitê de Auditoria, conforme estabelecido na Política de Gerenciamento de Riscos. O processo seguiu com revisão e reports mensais para o Diretor Presidente.

d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

Alguns aspectos relacionados a controles internos foram entendidos pelos auditores independentes como deficiências passíveis de melhoria e aprimoramento. Essas deficiências estão limitadas aos itens identificados e descritos no respectivo relatório de auditoria, relativo ao período findo em 31 de dezembro de 2022, conforme detalhado abaixo:

a) Fragilidades no processo de contabilização dos arrendamentos

- Situação observada: CPC 06 (R2) – Arrendamentos – determina as regras para reconhecimento inicial e mensuração subsequentemente de contratos que detenham arrendamentos. Durante os procedimentos de auditoria, identificamos fragilidades nos controles referentes às rotinas de contabilização de determinados contratos. Dentre as fragilidades citadas, destacamos:
 - Cálculo manual do valor do ativo de direito de uso, passivo de arrendamento, despesas financeiras relacionadas ao passivo de arrendamento e depreciação do direito de uso. Os cálculos são realizados manualmente, através de planilhas eletrônicas, que não possuem o mesmo formato e padrão;

5.2 Descrição dos controles internos

- Fragilidade na organização das planilhas de cálculo do direito de uso. Na primeira solicitação das planilhas dos cálculos dos arrendamentos, notamos que o controle de vários contratos não foi disponibilizado pela Administração. Conforme informado pela Administração, as planilhas estavam localizadas em diferentes pastas na rede da Companhia, o que dificultou o processo de validação dos valores registrados; e,
- Ausência de conferência geral dos saldos de arrendamentos em aberto (conforme as planilhas de cálculo) vs saldo contábil registrado. Ao confrontamos as planilhas de cálculo (saldo estático do ativo e passivo em 31/12/2022, despesas financeiras e depreciação incorridas no exercício) com o saldo contabilizado, notamos divergências entre o controle disponibilizado e o valor efetivamente registrado.

No ano de 2022, o Grupo realizou a análise e reavaliação das taxas de descontos a serem utilizadas para fins do cálculo do ativo e passivos de arrendamentos dos novos contratos.

Controladora e Consolidado			
Contratos	Contratos firmados até 31 de outubro de 2022	Contratos firmados a partir de 01 de novembro de 2022	
Veículos	11,09%	14,58%	
Imóveis	9,77%	12,86%	
Equipamentos	10,43%	13,70%	

Conforme apontado anteriormente, o Grupo realiza o controle manual dos contratos através de planilhas eletrônicas, e durante as nossas análises, identificamos que alguns contratos antigos (anteriores à data da reavaliação da taxa de desconto) estavam com a taxa de desconto atualizada, e alguns contratos de arrendamento firmados após novembro estavam com as taxas de desconto antigas.

- o Recomendação: Companhia deve implementar um processo formal e mensal de conciliação dos valores registrados como ativo e passivo de arrendamentos, bem como as despesas financeiras e depreciação do direito de uso. Adicionalmente, a Companhia deve avaliar a adoção de softwares de gestão de contratos de arrendamento, os quais são capazes de contribuir na organização, automação e reconciliação destas informações.
- o Possíveis efeitos: registro inadequado do efeito dos arrendamentos nas demonstrações financeiras.

5.2 Descrição dos controles internos

b) Fragilidade no controle de identificação e avaliação de conflito de acessos aos sistemas

- Situação observada: a Companhia implementou, no final de 2022, a matriz de segregação de função para o SAP (S/4 Hana), sendo que o mapeamento dos controles mitigatórios será avaliado na segunda fase do SoD SAP, prevista para ocorrer em 2023.
- Recomendação: atualizar a matriz com os controles compensatórios.
- Possíveis efeitos: este cenário permite que um mesmo colaborador percorra toda uma cadeia de atividades no sistema sem que, por exemplo, os controles de aprovação necessários sejam executados de maneira adequada, uma vez que este mesmo colaborador poderia exercer o papel de solicitante e aprovador.

e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

A Administração mantém diretrizes e plano de ação para o aprimoramento dos controles, e vem avaliando ferramentas para automatização do CPC 06. Adicionalmente, serão implementados os controles compensatórios para os conflitos existentes. A previsão para solução de ambas as questões apontadas no item 'd' acima deve ocorrer até outubro de 2023.

5.3 Programa de integridade

a) se a Companhia possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

(i) os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pela Companhia, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

A Companhia desenvolveu, além de seu Código de Ética e Conduta, políticas voltadas à inibição, detecção e remediação de qualquer ilícito, como sua Política Anticorrupção aprovada em outubro de 2018. Ainda, disponibilizou um canal de denúncias a cargo de terceiros, onde são registradas denúncias, inclusive em sigilo, visando a coibir qualquer prática ilegal.

O Código de Ética e Conduta é orgânico, portanto, está em constante desenvolvimento, quaisquer alterações necessárias serão avaliadas pelo Comitê de Ética, que se reunirá com o fim de deliberar sobre possíveis alterações no Código anualmente.

(ii) as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

Foi criado em 2021 a Comissão Interna de Integridade e Ética, o qual tem o objetivo de analisar e administrar as consequências para atos que afrontem os valores e condutas do Código de Ética e Conduta e se reporta a área de Compliance. A Comissão é constituída por 3 (três) membros titulares e 2 (dois) membros suplentes.

- A Comissão Interna de Integridade e Ética tem autonomia para administrar as consequências e conta com o apoio do Comitê de Auditoria da Companhia. O Comitê de Auditoria reporta diretamente ao Conselho de Administração e, assim como a Comissão Interna de Integridade e Ética, recebe todas as denúncias abertas para assegurar o seu devido tratamento. As medidas precisam ser aplicadas de forma adequada e razoável dentro da política disciplinar da Companhia e no cumprimento da Lei.

(iii) se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

A Companhia possui um Código de Ética e Conduta a fim de reforçar os valores éticos que orientam a condução de suas operações.

5.3 Programa de integridade

Todas as demais diretrizes da Companhia, formalizadas por meio de suas políticas, igualmente se alinham e se inspiram no conjunto de valores delineados no Código.

O Código de Ética e Conduta é apresentado por meio do programa de integração.

A Comissão Interna de Integridade e Ética, ao deliberar anualmente sobre possíveis alterações no Código, também decidirá a necessidade da realização de novos treinamentos formais de comparecimento obrigatório para atualização dos colaboradores ao conteúdo do Código.

As demais políticas serão objeto de treinamento específico conforme cronograma da área de desenvolvimento e treinamentos da Companhia, o que ocorre anualmente.]

- *se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados*

O Código deve ser observado pelos membros do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva, pelos colaboradores, prestadores de serviços, fornecedores e toda e qualquer parte que tenha relação comercial ou operacional com a Companhia.

- *as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas*

As condutas que desrespeitam os valores e comportamentos delineados no Código serão disciplinadas de acordo com o procedimento de Medida Disciplinar da Companhia, podendo o infrator ser penalizado desde a aplicação de advertência oral até uma possível demissão por justa causa, conforme parâmetros estabelecidos na política.

- *órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado*

O Código foi aprovado pela Presidência da Companhia em 22 de outubro de 2018.

O Código pode ser consultado na seguinte página da internet:
www.bbmlogistica.com.br.

b) se a Companhia possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

A Companhia implementou um portal autônomo de denúncias, ou seja, a cargo de terceiros, disponibilizado no site da Companhia pelo link www.bbmlogistica.com.br ou por meio do disk denúncia – 0800 721 1402, por email:

5.3 Programa de integridade

BBM@RELATOCONFIDENCIAL.COM.BR – ou mesmo por meio do Link <https://relatoconfidencial.com.br/bbm/> , onde todos, inclusive terceiros, podem:

- Esclarecer dúvidas em relação a quaisquer disposições contidas no Código de ética e conduta da Companhia;
- Ter garantido que as denúncias serão apuradas, e aquelas que tiverem uma base fundamentada serão conduzidas e serão aplicadas as diligências cabíveis no âmbito do Comitê de Ética;
- Ter assegurado o direito ao anonimato das denúncias, mesmo que a denúncia não seja feita de forma anônima. Independentemente do resultado da apuração, a Companhia empreenderá todos os esforços para que não aconteça qualquer forma de retaliação contra o denunciante.

As denúncias reportadas ao Canal de Denúncias são recebidas por empresa independente, que faz a triagem e direciona de acordo com a matriz de responsabilidades definida pela área de compliance. Após a triagem são enviadas imediatamente para as equipes de investigação que farão a avaliação e tratativa de cada caso. As equipes de investigação se reportam a área de Compliance que se reporta para o Conselho de Administração.

(i) se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros

A gestão do Canal de denúncias é mista, onde o terceiro recebe e faz a triagem dos relatos recebidos, direcionando para as equipes de avaliação. Após recebimento das denúncias e em conformidade com a Política de Investigações Internas, as equipes dão sequência as análises e tratativas.

(ii) se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados

O Canal de denúncias está aberto para recebimento de denúncias de fornecedores, clientes, comunidade e demais interessados em acessá-los, sendo garantida a anonimização, sigilo e confidencialidade do manifestante em todas as etapas que o relato percorre até sua conclusão.

(iii) se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé

O Canal de denúncias é munido das opções de anonimização, sigilo e confidencialidade, característicos do processo de tratativa de relatos, em conformidade com a Política de Investigações internas do grupo BBM.

5.3 Programa de integridade

(iv) órgão da Companhia responsável pela apuração de denúncias

A área de Compliance é responsável pela apuração de denúncias ou pela definição de equipe especializada quando necessário, em conformidade com a Política de investigações internas do grupo BBM.

c) número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas

Não houve casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública.

d) caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Não aplicável, tendo em vista que, conforme acima descrito, a Companhia adota regras, políticas, procedimentos ou práticas para prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública.

5.4 Alterações significativas

No último exercício social não houve alterações significativas nos principais riscos a que a Companhia está exposta, tampouco na política de gerenciamento de riscos adotada.

5.5 Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens anteriores. Sendo assim, não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação à seção 5 do Formulário de Referência.